



## DRONES DA FAB

Dependência estrangeira coloca em risco soberania nacional

## ARQUEOLOGIA

Quando os humanos da África dominaram o mundo

ANO XXVIII  
ABRIL / 2024  
EDIÇÃO 18  
R\$ 8,90

GOVERNANÇA, EMPRESAS & NEGÓCIOS



# Brasil S/A

EDIÇÃO DIGITAL ONLINE

## AEROPORTO DE BRASÍLIA

O melhor de todo o Brasil





◀◀◀  
**PRA  
TODO LADO**  
▲▲▲  
**TEM  
RESULTADO** ▶▶▶

O GOVERNO DE MATO GROSSO REALIZA O  
**MAIOR PACOTE DE INFRAESTRUTURA DO PAÍS**  
E ATÉ 2026 VAI ENTREGAR  
**5.500 KM DE ASFALTO NOVO**



📍 **MT-251,**  
CUIABÁ A CHAPADA DOS GUIMARÃES



**Governo de  
Mato  
Grosso**

# Brasília 64 anos e seu aeroporto

A capital federal completou 64 anos de fundação em 21 de abril e será sempre uma cidade monumento. Criada por Lúcio Costa, com seu projeto urbanístico revolucionário – é um pássaro? Um avião? – ela foi a moldura das obras de arte arquitetônicas de Oscar Niemeyer e dos jardins de Roberto Burle Marx.

Falando em avião, o Aeroporto de Brasília, o Presidente Juscelino Kubitschek foi eleito pela 14ª vez como o melhor terminal de passageiros do Brasil. A escolha foi na categoria com mais de 10 milhões de passageiros por ano dentro da premiação feita pela Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos, na Pesquisa Nacional de Satisfação do Passageiro e Desempenho Aeroportuário.

Esta é a matéria de capa desta revista RDM Brasil, uma homenagem que escolhemos para celebrar os 64 anos da nossa querida capital federal.

Boa leitura.



**João Orozimbo Negrão**  
Coordenador Editorial do  
Grupo Rede de Mídias

## ÍNDICE | Abril 2024

04 | HOMENAGEM

06 | BASTIDORES DA REPÚBLICA | João Pedro Marques

08 | GASTO ELEITORAL

10 | COMBATE ÀS FAKE NEWS

14 | AEROPORTO DE BRASÍLIA

16 | DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA

20 | COOPERAÇÃO BRASIL-EUA

22 | CENSO DEMOGRÁFICO

23 | MIGRAÇÃO BRASILEIRA

24 | POLÍTICA ANTIMANICOMIAL

26 | ARQUEOLOGIA

28 | CENTRO CULTURAL JOSÉ OTÁVIO GUIZZO

30 | OPINIÃO | Luiz Fernando Machado



### 04 | HOMENAGEM

Publicitário, jornalista e advogado **João Pedro Marques** é um dos pioneiros da publicidade em Mato Grosso

CEO  
João Pedro Marques

DIRETOR PRESIDENTE  
Artur Fonseca Dias

DIRETORA EXECUTIVA  
Shelvy Pereira

COORDENADOR EDITORIAL E DIRETOR DA SUCURSAL DE BRASÍLIA  
João Orozimbo Negrão

DIRETORA DE REDAÇÃO  
Ângela Jordão

EDITORA  
Vanessa Moreno

EDITOR DE ARTE  
Márcio Brandão do Carmo

REVISÃO TEXTUAL  
Doralice Jacomazi

REDAÇÃO  
Repórteres: Everaldo Galdino, Jean Gusmão, Vanessa Alves e Tchelo Figueiredo (fotografia)  
Estagiárias: Emanuely Santos e Juliana Sanders

DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E PROJETOS ESPECIAIS  
Anderson Nogueira

GERENTE COMERCIAL  
Maiara Max

CONSELHO EDITORIAL  
João Pedro Marques (coordenador), João Negrão (presidente), Darci Souza (vice-presidente), Shelvy Pereira, Vanessa Moreno, Márcio Brandão do Carmo e Anderson Nogueira.

### NESTA EDIÇÃO

#### TEXTOS

GILBERTO COSTA, GUILHERME ARANDAS DOMINGOS, IVAN CONTERNO, JEAN GUSMÃO, JOÃO PEDRO MARQUES, LEONARDO ROCHA, LUIZ FERNANDO MACHADO, REGINA BANDEIRA, THAÍS MIRANDA, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA INDÚSTRIA, SPUTNIK BRASIL.

#### FOTOS

LUIZ SILVEIRA, PAULO H. CARVALHO, SAUL SCHRAMM, TCHELO FIGUEIREDO, VINÍCIUS MODULO TEIXEIRA, AGÊNCIA BRASIL, SPUTNIK BRASIL, AGÊNCIA CNJ DE NOTÍCIAS, JORNAL DA USP, AGÊNCIA CÂMARA, AGÊNCIA SENADO

#### REDAÇÃO:

(65) 3623-1170 / 3622-2310 - redação@revistardm.com.br

RDM MATO BRASIL S/A NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS.

#### COMERCIAL/MÍDIA:

**ARTUR DIAS DA FONSECA NETO**  
(65) 3623-1170 - (65) 99682-1470  
midia@revistardm.com.br  
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL  
(65) 3623-1170

DISTRIBUIÇÃO/CIRCULAÇÃO  
**ADEMIR KUHNEN GALITZKI**

A REVISTA RDM BRASIL S/A É UMA PUBLICAÇÃO





# CEO do Grupo RDM é homenageado pelo Sinapro

O publicitário, jornalista e advogado João Pedro Marques é um dos pioneiros da publicidade em Mato Grosso

Jean Gusmão

O presidente do Grupo Rede de Mídias (RDM), o jornalista, publicitário e advogado João Pedro Marques, foi homenageado pelo Sindicato das Agências de Propaganda de Mato Grosso (Sinapro) pelos serviços prestados à comunicação no estado.

O evento ocorreu no dia 2 de abril, na Câmara de Dirigentes Lojistas de Cuiabá (CDL). Também foram agraciados os publicitários Mauro Cid e Geraldo Gonçalves.

Na solenidade, João Pedro recordou sua trajetória desde os primórdios do grupo, sendo o pioneiro no ramo da publicidade a partir da

década de 1970, quando fundou a agência de publicidade JPM, que fez história por ser a primeira agência de propaganda em Mato Grosso. Após ele ter dado início, outros ingressaram no ramo, como Mauro Cid, que criou a Cid Propaganda, mas logo depois mudou-se para MCA Propaganda, e, também,



**“Fico muito feliz pela homenagem, agora como CEO do grupo RDM, que já está 'botando o pé' Brasil afora. Eu não poderia me sentir melhor. Há tanto tempo, a gente foi o precursor em Mato Grosso, a primeira agência na década de 1970**

chegou a Cuiabá. Um rapaz jovem que veio trabalhar aqui no 9º BEC, na BR 163. Depois fiz faculdade de Direito na UFMT, coleei grau em 82, passei a advogar, mas nunca larguei a comunicação, e montei a primeira agência, que foi a JPM Associados. Isso marcou para mim, na minha vida, nos meus filhos. Tirei o sustento da minha família sempre com a JPM até 1994. O grupo RDM está se expandindo cada vez mais e se consolidando”, pontua.

Geraldo Gonçalves foi sócio da agência JPM, a única que existia na época no estado, de propriedade de João Pedro, quando Mato Grosso era único. Após a divisão dos dois estados em 1977, ambos decidiram fundar a primeira agência de publicidade em Mato Grosso do Sul, a Margon Propaganda, com sede em Campo Grande. Pouco depois, Geraldo deixou a sociedade e abriu a Z8 Publicidade.

O publicitário Mauro Cid também compartilhou um pouco sobre a homenagem que recebeu, além de

relembrar os momentos iniciais de sua carreira, marcados por muitas dificuldades. Ele destacou como o mercado era desafiador na época e enfatizou a importância da persistência para alcançar o sucesso.

O evento também incluiu o lançamento da campanha Lista de Referência de Custos Internos e a Campanha de Ativação de Mercado 3%.

Segundo o presidente do Sindicato das Agências de Propaganda de Mato Grosso (Sinapro), Cláudio Cordeiro, o objetivo é estimular as empresas a investirem uma porcentagem de seus lucros em campanhas publicitárias, visando à obtenção de resultados positivos para os empresários e o fomento do mercado.

“Esse projeto de crescimento passa por uma campanha que demonstra que cada empresa, se investir 3% do seu faturamento bruto, isso representa muito em relação ao seu crescimento de vendas. É uma campanha educativa que mostra, de forma sintética, o poder da propaganda”, explica Cláudio. •

Fotos: Tchelo Figueiredo

Geraldo Luís, com a Z8 Publicidade.

João expressou sua felicidade com a homenagem recebida pelo sindicato, acrescentando que o grupo RDM está em ascensão, conquistando cada vez mais espaço no mercado. “Fico muito feliz pela homenagem, agora como CEO do grupo RDM, que já está 'botando o pé' Brasil afora. Eu não poderia me sentir melhor. Há tanto tempo, a gente foi o precursor em Mato Grosso, a primeira agência na década de 1970”, destaca ele.

O CEO do grupo RDM conta que “era um meninão ainda, quando

## BNDES já aprovou R\$ 90 bi para a indústria brasileira

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, afirmou que a instituição já aprovou um total de R\$ 90 bilhões para a indústria brasileira desde 2023. “A nossa meta era R\$ 300 bilhões, já entregamos R\$ 90 bilhões”, disse Mercadante. Os recursos integram o Plano Mais Produção, da Nova Indústria Brasil.



Divulgação



## Gilmar diz que Brasil superou “armadilhas ditatoriais”

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), elogiou os avanços do Brasil na superação de desafios políticos, destacando a resiliência do país em face das armadilhas ditatoriais. As observações do magistrado surgem em um momento marcado pelo indiciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pela Polícia Federal, como parte da investigação em andamento sobre a falsificação de certificados de vacinação contra a Covid-19. Vale lembrar que este caso já resultara na detenção de seis indivíduos em maio de 2023.

## Alistamento militar de mulheres pode se tornar uma realidade no Brasil?

Tramita na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara um projeto de lei que propõe tornar o alistamento militar facultativo para as mulheres. De autoria da deputada Laura Carneiro (PSD/RJ), a proposta quer garantir 30% das vagas anuais ao público feminino na prestação do Serviço Militar. O ingresso de mulheres no exército brasileiro acontece desde 1992, quando a Escola de Administração do Exército (EsAEx), atual Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército (EsFCEEx), iniciou a primeira turma com 49 mulheres. Hoje, segundo o Ministério da Defesa, pouco mais de 13 mil mulheres militares compõem o exército brasileiro. O montante significa 6% do efetivo total da Força Terrestre, que conta com cerca de 212 mil militares.



Divulgação





## Alimentos começaram 2024 pesando no bolso dos consumidores

A alta acumulada de 2,34% nesses artigos entre janeiro e fevereiro foi um dos principais fatores por trás da variação acumulada de 1,25% no IPCA. O governo acredita ser este um ponto de atenção, principalmente diante da necessidade de ampliar a aceitação do governo entre as mulheres, incluindo as evangélicas. Após o encontro na semana passada, os ministros disseram esperar redução nos preços até abril e fizeram uma cobrança pública para que os atacadistas repassem os preços mais baixos.



Divulgação

## Renda habitual média dos brasileiros aumentou 3,1% de 2022 para 2023

O estudo do Ipea revela um aumento de 3,1% na renda habitual dos trabalhadores brasileiros em 2023 em comparação com 2022, baseado na Pnad Contínua. A renda habitual média em dezembro de 2023 foi de R\$ 3.100, representando um aumento de 3,9% em relação a dezembro de 2022. No segundo trimestre de 2023, a renda média superou os níveis de 2019 pela primeira vez desde a pandemia. As maiores altas na renda foram observadas nas regiões Norte e Nordeste, entre trabalhadores de 40 a 59 anos e com ensino médio completo. As mulheres tiveram um crescimento interanual maior na renda do que os homens ao longo de 2023.



Divulgação

### DITO & FEITO



**“Quando a política econômica do governo é consistente, pragmática e responsável, não são as expectativas de mercado que a guiam, é ela que guia as expectativas do mercado.”**

Do ministro da Fazenda, **Fernando Haddad**, sobre sua política econômica pragmática

**“Ele não teve coragem de executar o que planejou, ficou dentro de casa aqui no Palácio chorando quase um mês, e preferiu fugir para os EUA do que fazer o que tinha prometido.”**

Do presidente **Lula** sobre Bolsonaro, ao abrir a primeira reunião ministerial do ano

**“Estamos diante de uma investigação consistente que elimina a ideia de que estamos fazendo inferências ou suposições sobre a responsabilidade por todos esses fatos lamentáveis.”**

Do ministro **Gilmar Mendes**, Supremo Tribunal Federal, sobre a investigação da tentativa de golpe

# Saiba o que pode ou não ser considerado gasto eleitoral

## Justiça Eleitoral lista gastos permitidos e proibidos por meio de resolução

Da Assessoria do TSE

**T**ema fundamental para candidatos e partidos políticos, as regras sobre os gastos eleitorais estão previstas na Resolução TSE nº 23.607/2019, modificada em alguns trechos pela Resolução TSE nº 23.731/2024. Veja abaixo, ponto a ponto, o que é considerado gasto eleitoral pela Justiça Eleitoral e siga as regras que valem para as Eleições Municipais 2024.

### GASTOS

Entre as despesas sujeitas a registro e limites fixados pelo texto eleitoral, estão a confecção de material impresso; a propaganda e publicidade direta ou indireta por qualquer meio de divulgação; o aluguel de locais para atos de campanha; e o transporte ou deslocamento de candidato e pessoal a serviço das candidaturas.

Além dessas, estão no normativo despesas com correspondências e demais serviços postais; despesas de instalação, organização e funcionamento de comitês de campanha e serviços necessários às eleições; e a remuneração paga a quem preste serviço a candidatos ou partidos políticos.

Entram na lista ainda a montagem e a operação de carros de som; a realização de eventos destinados à promo-

ção de candidatura; a produção de programas de rádio, televisão ou vídeo, inclusive os destinados à propaganda gratuita; e a realização de pesquisas.

Também são considerados gastos eleitorais os custos com a criação e a inclusão de páginas na internet e com o impulsionamento de conteúdos contratados diretamente de provedor da aplicação de internet com sede e foro no Brasil; as multas aplicadas, até as eleições, aos candidatos e partidos; a produção de jingles, vinhetas e slogans para propaganda eleitoral; e as doações para outros candidatos ou partidos.

### OUTRAS DESPESAS

De acordo com a Resolução, são considerados gastos de impulsionamento aqueles efetivamente realizados, devendo os créditos contratados e não utilizados até o fim da campanha serem transferidos como sobras de campanha. Essas sobras devem ser destinadas ao Tesouro Nacional, em casos de pagamento com recursos do Fundo Eleitoral; ou ao partido, via Fundo Partidário ou outros recursos, a depender da origem dos recursos.

Despesas com consultoria, assessoria e pagamento de honorários, realizadas em decorrência da presta-

ção de serviços advocatícios e de contabilidade no curso das campanhas eleitorais, são classificadas como gastos eleitorais, mas são excluídas do limite de gastos de campanha. O pagamento dessas despesas pode ser feito com recursos da campanha, do candidato, do Fundo Partidário ou mesmo do Fundo Eleitoral.

### NÃO SÃO GASTOS

Algumas despesas pessoais dos candidatos não são consideradas gastos eleitorais e, por isso, não se sujeitam à prestação de contas, podendo ser pagas com recursos da campanha. Entre elas, estão o combustível e a manutenção do veículo usado pelo candidato, assim como a remuneração, a alimentação e a hospedagem de quem conduz o veículo; a alimentação e a hospedagem própria do candidato; e o uso de linhas telefônicas registradas em nome do candidato como pessoa física – até o limite

Fotos: Divulgação





**Também são considerados gastos eleitorais os custos com a criação e a inclusão de páginas na internet e com o impulsionamento de conteúdos contratados diretamente de provedor da aplicação de internet com sede e foro no Brasil**

---

de três linhas.

#### **PAGAMENTOS**

Gastos eleitorais de natureza financeira podem ser efetuados por meio de cheque nominal cruzado; transferência bancária que identifique o Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do beneficiário; débito em conta; cartão de débito da conta bancária; ou Pix. O pagamento de boletos registrados pode ser realizado por meio da conta bancária, sendo proibido o pagamento em espécie. Também é vedado o pagamento de gastos eleitorais com moedas virtuais e cartões pré-pagos geridos por empresa intermediadora.

#### **GASTOS MENORES**

Gastos de pequeno vulto (despesas individuais que não ultrapassem o limite de meio salário mínimo) podem ser pagos por meio de reserva em

dinheiro, conhecida como Fundo de Caixa. A reserva feita pelo partido ou candidato deverá atender a alguns critérios: observar o saldo máximo de 2% dos gastos contratados; os recursos devem transitar previamente pela conta bancária específica de campanha; e o saque para constituição do Fundo de Caixa deve ser realizado com cartão de débito ou emissão de cheque nominativo em favor do próprio sacado.

#### **COMPROVAÇÃO**

Esses gastos, assim como as demais despesas eleitorais, devem ser comprovados por meio de documento fiscal idôneo, emitido em nome de candidaturas e partidos políticos, sem emendas ou rasuras, com a data de emissão, descrição detalhada, valor da operação e identificação do emittente e do destinatário ou contraente pelo nome/razão social, CPF ou CNPJ e endereço. ●

# Como identificar e combater as fake news no Brasil?

Especialistas da USP reforçam necessidade de educação midiática e verificação crítica das informações para combater o avanço das notícias falsas

Por Denis Pacheco, do Jornal da USP

Entre maio e junho de 2023, um vídeo viralizou contendo trechos de discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva proferido em 30 de maio daquele ano, em Brasília, durante encontro com chefes de Estado de dez países da América do Sul. A publicação compartilhada nas redes alertava sobre a suposta intenção do governo federal de “confiscar a poupança dos brasileiros”.

Utilizando um corte seco a partir de um trecho em que o presidente da República menciona “colocar a poupança regional a serviço do desenvolvimento econômico e social, mobilizando os bancos de desenvolvimento”, a pequena peça de menos de dois minutos foi editada com a inserção da fala de uma comentarista sem identificação, que tira de contexto os sentidos da frase para propagar um fato falso. O

vídeo parece ter sido construído para atrair os muitos brasileiros que ainda se lembram do confisco das poupanças em 1990, medida do então presidente Fernando Collor.

Apesar de ter sido desmentido imediatamente pelo governo federal e por uma série de jornais e agências de checagem, a peça mentirosa permanece sendo compartilhada em redes sociais e aplicativos de comunicação instantânea como o WhatsApp até o momento, em 2024. Os esforços de moderação de plataformas como a Meta, dona do WhatsApp, pouco se fizeram visíveis diante do avanço desta fake news específica, apenas uma de várias que permanecerão na rotação de compartilhamento em ano de eleições no Brasil. Neste mês de março, a empresa cortou parte da verba para checagem de informação no mundo inteiro, inclusive no nosso país.



Fotos: Divulgação

## SURGIMENTO DOS DEEPPAKES

Desde 2016, testemunhamos o avanço do compartilhamento de fake news nas redes sociais, com peças produzidas com auxílio de inteligência artificial. Muitos são conteúdos falsos que disseminam crenças políticas, utilizando trechos de vídeos reais tirados do contexto ou inteiramente manipulados – os perigosos deepfakes. Os deepfakes são criados quando a IA mescla, combina, substitui ou sobreposiciona áudios e imagens, resultando na criação de arquivos falsificados nos quais pessoas são inseridas em cenários diversos, proferindo palavras nunca pronunciadas por elas ou adotando comportamentos que nunca tomaram.

Na última década, responsáveis





**“Com o avanço da inteligência artificial, fica muito difícil dizer se um conteúdo é verdadeiro ou se foi distorcido, fraudado. Essa percepção com recurso direto ao vídeo e ao áudio tende a ser cada vez mais impressionante”**

---

pelas plataformas, agentes dos diferentes estados nacionais e especialistas de diversas áreas têm se engajado no debate sobre as medidas cabíveis para conter a difusão desse tipo de conteúdo falso.

Para o professor Rodrigo Ratier, da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, é imperativo abordar o tema com uma visão crítica. O docente, que é um dos fundadores do Vaza, Falsiane, curso on-line

contra desinformação incubado pela ONG Repórter Brasil e que recebeu financiamento da própria Meta, se preocupa com a camada de complexidade trazida pela IA, “especialmente na análise de conteúdos audiovisuais, tornando difícil discernir a veracidade de informações”.

“Com o avanço da inteligência artificial, fica muito difícil dizer se um conteúdo é verdadeiro ou se foi

distorcido, fraudado. Essa percepção com recurso direto ao vídeo e ao áudio tende a ser cada vez mais impressionante”, afirma o professor.

Apesar das novidades técnicas envolvendo a criação de vídeos na internet, a natureza das peças de propaganda que viralizam notícias falsas permanece similar. De acordo com o docente, os vídeos contendo fake news são construídos de maneira sensacionalista, utilizando adjetivos fortes e prometendo revelações chocantes. Por isso, o especialista defende que é crucial que o público aprenda a reconhecer esses padrões para desenvolver “um ceticismo saudável” diante de tais conteúdos.

“Todo esse tipo de conteúdo, tenha o suporte que tiver, texto,

áudio, vídeo, deve vir com um alerta para a gente já ficar com o ceticismo mais aflorado”, afirma ele.

### COMO COMBATER AS FAKE NEWS?

Ainda que vídeos falsos como o que sugere o confisco das poupanças ou um dos mais recentes – que envolveu grupos antivacina – continuam se espalhando, na opinião do professor e psicanalista Christian Dunker, do Instituto de Psicologia (IP) da USP, é possível enxergar uma possível mudança na percepção coletiva em relação à quantidade de informações e à manipulação presente na era digital.

De acordo com ele, desde as eleições de 2016, nos EUA – momento que marcou a popularização do termo fake news –, e no Brasil, a recomendação de boas práticas e discussões sobre a manipulação da informação digital tem aumentado, indicando uma formação de consciência mais crítica.

“É possível que a cultura esteja formando um pouco mais de consciência, de alerta, de advertência para o universo de fake news e reprodução automática de matérias especulativas ou sem fundamento. É uma espécie de segundo round desse confronto”, defende o especialista.

Ao abordar estratégias para combater a desinformação, o psicanalista também recomenda a verificação da origem das informações, pontuando a necessidade de uma checagem “que flutue entre o que é a palavra institucional, a de especialistas ou de um veículo e a palavra das comunidades”.

Ou seja, para Dunker, estamos enfrentando desafios relacionados à confiança na informação, onde a força do testemunho e o pacto de confiança são fundamentais. “E para combater isso, desenvolvemos antídotos, como denunciar fake news, apresentar fatos verídicos e verificar a origem das informações”,



afirma.

Neste contexto, o psicanalista argumenta que precisamos ir além, por exemplo, trabalhando com lideranças comunitárias. Ele cita o caso do Padre Júlio Lancellotti que, em São Paulo, representa uma outra forma de autoridade baseada em ações concretas e conexão com as

comunidades, “diferente da tradicional autoridade institucional”, e também é alvo constante das fake news.

### “EXAMINE SEUS AFETOS!”

Quando questionado sobre o papel das plataformas na disseminação da desinformação, Rodrigo Ratier reforça a necessidade de uma





**“É possível que a cultura esteja formando um pouco mais de consciência, de alerta, de advertência para o universo de fake news e reprodução automática de matérias especulativas ou sem fundamento. É uma espécie de segundo round desse confronto”**

---

volver competências críticas diante das informações recebidas.

“Não existe bala de prata, uma solução única para conviver com esse problema. A regulação das plataformas é a medida mais urgente, mas não a única”, conclui Ratier.

Sobre nossa dificuldade de dialogar com as diferentes perspectivas que, muitas vezes, constituem o cerne do compartilhamento viral de notícias falsas, o psicanalista Christian Dunker sugere uma “dieta onívora” de informações, que inclua variedades de opiniões e gêneros de produção de mensagens. Ele também postula que, enquanto cidadãos, precisamos “respirar e examinar os nossos afetos”, principalmente o ódio associado à propagação de fake news.

Para finalizar, o psicanalista sugere quatro recomendações que podem nos ajudar, ainda que individualmente, para não nos tornarmos vítimas do avanço das fake news: examine seus afetos, respire quando perceber ódio, busque personalizar informações, questione, pesquise, investigue. ●

regulação mais madura e eficaz. Ele ressalta a importância de monitoramento ativo, sanções graduais para quem divulga desinformação e programas de educação midiática transparentes e efetivos.

“A regulação é o principal instrumento e ela passa por um monitoramento ativo e de qualidade. Perfis que pisam na bola o tempo inteiro

recebem advertência, depois são suspensos e depois são banidos. Não vejo alternativa a essa gradualidade”, diz o docente.

Ainda assim, ele ressalta que não é possível resolver um problema sistêmico com uma solução tecnológica. Por isso, o especialista considera a importância da educação midiática para que possamos desen-

# Pesquisa aponta aeroporto de Brasília como o melhor do país

Pela 14ª vez, terminal da capital conquistou título a partir de avaliações dos passageiros em Pesquisa Nacional de Satisfação do Passageiro e Desempenho Aeroportuário

Por **Thaís Miranda**, da Agência Brasília

O Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek foi eleito pela 14ª vez como o melhor terminal de passageiros do Brasil. A escolha foi na categoria com mais de 10 milhões de passageiros por ano dentro da premiação feita pela Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos, na Pesquisa Nacional de Satisfação do Passageiro e Desempenho Aeroportuário.

No ano passado, o aeroporto da capital foi considerado o quarto mais pontual do mundo, com 108.758 voos pontuais, o que representa que 86,62% de todos os pousos e decolagens do ano partiram no horário. A experiência, segundo a visão dos passageiros, refletiu em mais uma conquista para o terminal.

A qualidade do serviço fornecido pelo terminal brasiliense é pilar da política de estímulo do turismo na capital federal promovida pelo Governo do Distrito Federal (GDF). Para isso, foram traçadas inúmeras estratégias no ramo para colocar o DF na lista de destinos mais procurados pelos passageiros, como a criação da Rota do Vinho, as parcerias para implementar o stopover e a redução de 12% para 7% no ICMS

incidente sobre o querosene de aviação (QAV).

O aumento no número de turistas que desembarcam no quadrado não seria possível se não fossem as boas estruturas de um dos maiores terminais aéreos do país. É lá onde se iniciam as boas experiências ao visitar a capital federal.

“O aeroporto de Brasília oferece uma experiência única. Estamos localizados no coração do país, sendo um importante hub para conectar o Brasil com o mundo, o que facilita a chegada e partida para qualquer lugar. A infraestrutura é excelente, temos o que há de melhor na gastronomia e serviços aos usuários. Desde o início da nossa gestão, estamos trabalhando para conquistar novos voos internacionais, com o intuito de ampliar o fluxo de turistas na capital”, pontua o secretário de Turismo do DF, Cristiano Araújo.

Para Rogério Coimbra, diretor de Assuntos Corporativos da Inframerica, a pesquisa é importante para medir a qualidade do serviço prestado para os passageiros. “Estamos muito felizes com o resultado, pois é um reflexo importante do trabalho que as nossas equipes vêm realizando para dar a melhor experiência para o passageiro. A



pesquisa é um bom termômetro do nosso serviço. Com o resultado, podemos medir o que melhorou e o que precisa melhorar no terminal e isso é ótimo. Desta forma, conseguimos buscar melhores soluções para o dia a dia das nossas operações”, diz.

Assim que desembarca no terminal, o passageiro conta com cerca de 135 lojas que vendem roupas, acessórios, souvenirs, além de ter diversos cafés, bares e restaurantes distribuídos em 120 mil m². Fora do aeroporto, o DF dispõe de uma variedade de pontos turísticos, culturais e de lazer para todas as idades e preferências.

Uma das opções é conhecer os locais onde ocorrem a colheita, produção artesanal e degustação do vinho. O enoturismo tem se mostrado cada vez mais presente na capital federal. O ponto forte na produção da uva está localizado nas vinícolas do PAD-DF, área rural do Paranoá.

Por lá, os visitantes e turistas podem conhecer a Vinícola Brasília, um conjunto de dez propriedades estruturadas





Divulgação

para as pessoas passarem o dia degustando ou até mesmo pernovernar. A expectativa é que o setor aumente ainda mais. Isso porque, o GDF criou uma comissão para avaliar e definir as ações de fomento, apoio e incentivo ao enoturismo no DF.

Além dos tradicionais pontos turísticos, entre eles, a Praça dos Três Poderes, Ponte JK, Pontão do Lago Sul e Torre de TV, o DF dispõe de equipamentos públicos com vasta programação cultural para os fins de semana de lazer. O Centro Cultural Renato Russo, Museu de Arte de Brasília, Museu do Catetinho e Museu Nacional da República são algumas das opções que oferecem atividades para os brasilienses e turistas.

#### **PONTO DE CONEXÃO**

O Aeroporto de Brasília é um dos maiores hub nacional do país. Isso significa que a capital federal é um importante ponto de conexão para transferir os passageiros para o destino pretendido.

Somente no ano passado, foram

## **A qualidade do serviço fornecido pelo terminal brasiliense é pilar da política de estímulo do turismo na capital federal promovida pelo Governo do Distrito Federal**

14.860.880 passageiros que circularam pelo Aeroporto de Brasília. Esse tráfego coloca o terminal brasiliense como o terceiro mais movimentado do país, atrás apenas dos dois aeroportos paulistas – Congonhas e Guarulhos.

Com relação aos passageiros vindos de outro país, em 2023, Brasília recebeu 3.794.260 turistas internacionais. Mais de 40% vieram da América do Norte e 28% da Europa. Saindo de Brasília, é possível viajar para todas as 26 capitais brasileiras e mais 12 cidades no país. A quem deseja uma viagem internacional, há voos diretos para Lisboa, Miami, Orlando, Cidade do Panamá, Buenos Aires, Lima e, a partir de junho, para

Santiago.

De acordo com o secretário de Relações Internacionais do DF, Paco Britto, o objetivo é aumentar ainda mais esses números: “Essa é mais uma vitória em busca da consolidação de Brasília como o grande hub. Esses dados reforçam nossa convicção de que a capital está preparada para receber maior influxo de turistas e novos voos internacionais, em substituição ao congestionamento de outros aeroportos brasileiros. Além disso, temos voos diretos para todas as capitais do país. E nós queremos melhorar ainda mais este cenário, e é para isso que temos trabalhado”, afirma o secretário. ●

# Dependência de tecnologia estrangeira a drones traz riscos à soberania do Brasil

É o que apontam analistas, que dizem ainda que a dependência provoca mais gastos ao orçamento da defesa

Do Sputnik Brasil

**O** Brasil firmou contrato de R\$ 86 milhões com uma empresa israelense para manutenção de dois drones usados em operações da Polícia Federal. Em entrevista à Sputnik Brasil, analistas apontam que a dependência estrangeira da tecnologia compromete a soberania do país, além de trazer um gasto desnecessário.

No início de março, a Força Aérea Brasileira (FAB) fechou um contrato

de R\$ 86 milhões para manutenção de duas aeronaves remotamente pilotadas, do modelo Heron-I, desenvolvido pela Israel Aerospace Industries, a serem usadas em operações da Polícia Federal (PF).

O contrato foi firmado sem licitação, e anunciado pelo Ministério da Defesa, em publicação no Diário Oficial da União.

Em entrevista à Sputnik Brasil, especialistas analisam por que o Brasil ainda precisa recorrer a empresas

estrangeiras para a compra e manutenção de equipamentos usados em operações de segurança nacional e como isso afeta a soberania brasileira.

Danilo Bragança, coordenador adjunto do Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira (LEPEB), da Universidade Federal Fluminense (UFF), explica que o uso de drones em operações de defesa tem sido uma "tendência nos exércitos do planeta inteiro", e afirma que a tecnologia reduz os custos das operações e







Fotos: Divulgação

aumenta a eficiência do serviço prestado.

No caso do Brasil, ele diz que o uso de drones é importante por conta das características do território brasileiro. "O Brasil tem características geográficas que favorecem o uso de drones, como é o caso, por exemplo, da Floresta Amazônica, dos nossos biomas, da proteção de fronteiras", complementou Bragança.

Ele acrescenta que o uso de drones representaria "uma mudança de perfil da Força Aérea Brasileira".

"É uma forma de modernização das nossas forças, uma forma de reduzir os custos, embora você tenha que continuar produzindo caças, tenha que continuar produzindo aviões Super Tucanos."

Vinicius Modolo Teixeira, professor de geopolítica da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e coordenador do Laboratório de Desenvolvimento Territorial e Geopolítica

(DTG-LAB), destaca que as proporções continentais do Brasil tornam necessário o uso de drones e outros sistemas de vigilância compatíveis com o tamanho do país.

"Nós temos uma capacidade aumentada com a utilização de drones para vigiar espaços que antes poderiam ser utilizados ali por criminalidade. No entanto, nós temos poucos drones no momento ainda para fazer essa vigilância de uma maneira bastante efetiva", afirma ele.

Alcides Peron, especialista em relações internacionais e professor da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), sublinha que ao firmar qualquer tipo de parceria ligada ao setor militar, principalmente para o suprimento de material militar, material bélico, o Brasil "está constituindo parcerias que estão no limite também político".

"Porque você vai construir uma dependência econômica, você vai

construir uma dependência tecnológica por manutenção, por infraestrutura, por aprimoramento desse objeto tecnológico que você está adquirindo e, portanto, de certa maneira, há uma perda, sim, de soberania, posto que é possível fazer uma compra nacional e ter maior autonomia para atendimento da demanda interna", alerta ele.

A opinião é compartilhada por Teixeira, que afirma que depender de equipamentos de defesa provenientes de outros países compromete a soberania porque pode trazer perda da capacidade operativa desses sistemas em caso de atrito diplomático.

"Recentemente o Brasil criou um atrito com Israel por conta dos entendimentos sobre a guerra que acontece agora em Gaza, e isso acaba levando, sim, ao comprometimento, possivelmente, de uma manutenção ou fornecimento de peças sobressalentes", explica.

Ele lembra que, recentemente, a Alemanha impediu que o Brasil fornecesse blindados para as Filipinas, que eram fabricados no Brasil, mas dotados de equipamentos alemães, por conta das visões diferentes que os governos brasileiro e alemão têm em relação ao conflito ucraniano.

"Quando nós compramos equipamentos de fora, nós estamos sujeitos também a essas relações diplomáticas.

---

**"O Brasil tem características geográficas que favorecem o uso de drones, como é o caso, por exemplo, da Floresta Amazônica, dos nossos biomas, da proteção de fronteiras"**



Então temos que ter em mente que sempre que compramos equipamentos de uma empresa estrangeira, o Brasil deve manter um comprometimento com a sua diplomacia ativa, sempre em contato com esse país. Em caso de rompimento dessas relações, nós sofremos, certamente, embargos e diminuição da oferta das peças da manutenção, então é sempre um risco realmente comprar de empresas de fora", adverte Teixeira.

Bragança, por sua vez, destaca que o Brasil tem capacidade de desenvolver uma Base Industrial de Defesa (BID) "que possa contemplar não só o Brasil, mas também as forças armadas dos nossos países vizinhos".

"Entendendo aqui que o Brasil é líder de um complexo de segurança específico daqui da região, por ser o país mais populoso, mais rico, mais poderoso, então isso poderia favorecer toda uma indústria de defesa que também aqui na região poderia ser utilizada no mercado para isso. Fortaleceríamos nós com os nossos parceiros bilaterais, fortaleceríamos nós com esse complexo de segurança mais unificado em torno de si, e a gente conseguiria vender esse tipo de tecnologia. Seria importante para um

**"Temos uma capacidade aumentada com a utilização de drones para vigiar espaços que antes poderiam ser utilizados ali por criminalidade. Mas temos poucos drones no momento ainda para fazer essa vigilância de uma maneira bastante efetiva"**

país como o Brasil ter ativos tecnológicos, ter técnicos, engenheiros, gente gabaritada para produzir drone", diz Bragança.

Porém, ele destaca que quando o Brasil recorre a um país, "isolado cada vez mais no sistema internacional, que é Israel, coloca algumas coisas em xeque que não precisavam ser colocadas, inclusive a nível político".

"Uma dessas coisas é, por exemplo, o fato de que a gente está comprando de uma área em desenvolvimento que a gente também poderia desenvolver, que já poderia estar sendo desenvolvida e que, na verdade, já tem alguns polos no país inteiro que já possuem algum tipo de tecnologia que precisa, basicamente, só de maior incentivo e maior estrutura", afirma o especialista.

Empresas brasileiras poderiam suprir a demanda?

Questionado se empresas brasileiras que produzem drones teriam capacidade de suprir a demanda da Força Aérea Brasileira, Bragança explica que isso ajudaria a reduzir os gastos com contratos firmados com outros países, mas ressalta que atualmente elas têm dificuldade para suprir essa demanda.

"Primeiro porque os contratos não são firmados com elas, ou seja, a gente acaba repassando contratos com bastante dinheiro para outros grupos, grupos, por exemplo, como esses de Israel, mas não somente. Então, o desenvolvimento dessa tecnologia no Brasil poderia amenizar ou poderia mitigar uma parte desses problemas, que é gastar dinheiro com contratos externos", diz o especialista.

"Nessa condição atual, a gente não





tem possibilidade de suprir toda essa demanda, embora num espaço de cinco anos a gente tenha evoluído muito, por exemplo, no que se refere à tecnologia de placas solares, placas fotovoltaicas. A gente investiu nessa indústria, a indústria prosperou e agora a gente consegue fazer isso inclusive de maneira democratizada", complementa.

Peron afirma que é evidentemente importante que empresas nacionais sejam colocadas como protagonistas desse tipo de tecnologia, sobretudo "porque a produção tecnológica, essas inovações, têm grande possibilidade de produzir transbordamentos em diversos outros setores da economia".

"Principalmente no que diz respeito a fornecedores, porque você capacita fornecedores para fornecer certas

tecnologias e equipamentos e você consegue, de uma certa maneira, dinamizar econômica e tecnologicamente um país. Portanto, seria fundamental manter empresas nacionais tocando esse tipo de demanda nacional", explica.

Teixeira concorda que o Brasil teria condições de fabricar seus próprios drones. Mas, segundo ele, o grande gap que impede isso "não está na fabricação da aeronave em si, mas na operacionalização".

"A fabricação de uma aeronave remotamente tripulada ou não tripulada, como a gente pode chamar, uma aeronave autônoma, ela não tem grandes segredos para sua operação. O Brasil, sendo um país que tem uma tradição aeronáutica bastante grande,

com uma história na fabricação de aeronaves, certamente, nós conseguiríamos fabricar a aeronave em si. O grande gap que o Brasil tem, na verdade, seria nos sistemas que a aeronave dotaria. Então, sistemas de vigilância, dotados de radar, por exemplo, abertura sintética, radares mais modernos e também outros aparelhos de vigilância como câmeras infravermelho, câmeras de alta resolução, esse tipo de equipamento que é estabilizado, coisas que são mais finas ali na maquinaria, isso o Brasil teria dificuldade", afirma o especialista.

Contudo, ele ressalta que, com investimento, o Brasil conseguiria fabricar seus próprios modelos, o que representaria "um grande fator de salto de desenvolvimento do país". E destaca ainda que já houve iniciativas nesse sentido, lideradas por empresas brasileiras.

"Nós tivemos iniciativas tempos atrás das empresas da Avibras, a própria Embraer tentou [produzir modelos de drones], alguns institutos de pesquisa do Exército e da Aeronáutica fabricaram modelos experimentais. Então, a gente teria condição, sim, de fabricar e operacionalizar. Falta realmente um aparato do governo, um aporte para poder fazer de maneira decisiva o desenvolvimento desses sistemas", conclui. ●





# Ipea aponta alinhamento entre Brasil e EUA

Preferência brasileira por americanos é resquício da Guerra Fria, diz estudo

Por **Gilberto Costa**, da Agência Brasil

**"O** Estados Unidos figuram como o principal destino dos postos e missões militares brasileiras no exterior", diz estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Segundo a análise do Ipea, relativa ao período de 2020 a 2023, "a alta recorrência de capacitações e de cooperações militares nos Estados Unidos (EUA) aponta para um desalinhamento entre os objetivos gerais apresentados na PND [Política Nacional de Defesa] e na END [Estratégia Nacional de Defesa], uma vez que concentra as influências

políticas, estratégicas e doutrinárias preponderantemente em um único país."

De acordo com o texto para discussão O Setor de Defesa Brasileiro no Exterior: Desafios, Oportunidades e Subsídios para a Revisão dos Documentos de Defesa, a preferência é um resquício do alinhamento do Brasil com os Estados Unidos como ocorria na época da Guerra Fria (1947-1991).

"A presença norte-americana tem sido grande historicamente desde o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado em 1947, criação da OEA [Organização dos Esta-

dos Americanos], em 1948, a assinatura do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos em 1952 – denunciado [extinto] em 1977 –, a existência das Comissões de Aquisições do Brasil em Washington, e a expansão dos mecanismos institucionais regionais liderados pelos EUA na área de defesa como a Conferência de Ministros da Defesa das Américas, criada em 1995, o William J. Perry Center for Hemispheric Studies, criado em 1997, e a própria Junta Interamericana de Defesa [criada em 1942, antes da OEA]."

## CENÁRIO MULTIPOLAR

A predileção pelos EUA nas coope-



Fotos: Divulgação

rações militares fica mais remissa quando considerado o cenário internacional multipolar atual. “Daí defronte a um aumento da competição entre grandes potências, com crescente influência de China, Índia e Rússia, um excessivo e assimétrico vínculo pode não ser tão produtivo quanto buscar diversificação de parcerias, característica tradicional da política externa brasileira”.

O estudo foi elaborado com base em registros publicados no Diário Oficial da União, de informações coletadas na Biblioteca da Presidência da República e da base de dados “Concórdia”, acervo de atos internacionais do Brasil mantido pelo Ministério das Relações Exteriores. A partir dessas informações, a análise contempla mais de uma dezena de indicadores sobre a atuação internacional do setor de defesa.

Segundo o material apurado, os Estados Unidos são o país em que os militares brasileiros mais fazem cursos

## A presença norte-americana é histórica desde o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, a criação da OEA, a assinatura do Acordo Militar Brasil-EUA, as Comissões de Aquisições do Brasil em Washington, e a expansão dos mecanismos institucionais regionais liderados pelos EUA

de pós-graduação: 27 estudantes nos três anos observados – o triplo do Reino Unido que fica em segundo lugar. No período, 134 militares brasileiros frequentaram algum curso nos EUA, e 97 eram oficiais superiores (com patente a partir de major).

### CONSELHO DE SEGURANÇA

A aglutinação das cooperações militares nos EUA desfavorece interesses da política externa do Brasil, assinala a publicação. “Ao concentrar em um único parceiro, da forma como verificamos nesse período, perdemos a oportunidade reunir conhecimento sobre países que são importantes no cenário internacional e que estão em espaços de decisão multilaterais, como o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas”, descreve o economista Pedro Silva Barros, técnico de planejamento e pesquisa do Ipea, em nota publicada pelo instituto. O economista também tem formação na Escola Superior de Defesa (ligada ao Ministério da Defesa) e escreveu o texto para discussão em parceria com os pesquisadores Paula Macedo Barros e Raphael Camargo Lima.

Publicado no fim de fevereiro, o

texto “busca contribuir para o debate público”, diz Pedro Barros à Agência Brasil. Até o fim deste semestre, o Poder Executivo deverá encaminhar para apreciação do Congresso Nacional a nova Política de Defesa Nacional, a nova Estratégia Nacional de Defesa e o novo Livro Branco de Defesa Nacional – um documento público sobre modernização das Forças Armadas, o suporte econômico da defesa nacional, a participação em operações de paz e ajuda humanitária e outras informações públicas, “que o Brasil apresenta ao mundo, sobre visão e os seus interesses e a sua política de defesa”, informa Barros.

Após as conclusões, o estudo traz 14 recomendações políticas para a atuação internacional do setor de defesa, entre as quais a de dar prioridade ao “entorno estratégico brasileiro”, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica; a reativação sob novas bases, da Escola Sul-Americana de Defesa; e “propor mecanismos de colaboração em ensino e capacitação de defesa no âmbito de outras áreas estratégicas para o Brasil”, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e países banhados pelo Atlântico Sul. ●



# Censo Demográfico auxilia formulação de políticas públicas

Dados do Censo 2022 referentes à população residente e de domicílios por setores censitários mostram que 111 milhões de pessoas vivem no litoral

Da Agência Brasil

**D**ados do Censo 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), poderão ajudar os governos federal, estaduais e municipais a orientarem suas políticas segundo os públicos-alvo. O censo demográfico é a principal fonte de referência das condições de vida da população em todos os municípios do país e em seus recortes territoriais internos.

A pesquisa detalha a população residente e de domicílios por setores censitários no Brasil. Ao todo, 452.338 setores censitários estão distribuídos pelos 5.568 municípios brasileiros, além do Distrito Federal e do Distrito de Fernando de Noronha.

Segundo o IBGE, em 2022, 54,8% da população brasileira, equivalente a 111,27 milhões de pessoas, vivia a uma distância máxima de 150 quilômetros do litoral. Em Santa Catarina, esse percentual chega a 75,4%, o que corresponde a 5.734.702 habitantes vivendo próximo ao mar.

Enquanto isso, 4,6% dos brasileiros (9,41 milhões) moravam a até 150 quilômetros da faixa de fronteira do Brasil com outros países. Os dados também apresentam dados relativos à quantidade aproximada de pessoas que habita o entorno de avenidas. No Rio de Janeiro, por exemplo, quase 500 mil pessoas moravam a até 500 metros de distância da Avenida Brasil, ao longo de toda a



sua extensão.

“Com as informações disponibilizadas, os analistas conseguem estabelecer uma série de estudos, classificações territoriais e regionalizações que podem ser úteis, principalmente, para atividades de gestão do território nas três esferas de governo”, afirma Fernando Damasco, pesquisador do IBGE.

## CONSULTA

Os dados podem ser consultados no portal do IBGE e no Panorama do Censo, por meio da visualização em mapas interativos, com possibilidade de busca direta por localidades específicas, além da seleção de um ou mais distritos, subdistritos ou setores censitários de um determinado município.

Por meio da base de dados disponibilizada pelo IBGE, o usuário pode fazer uma grande variedade de análises e estudos, a partir de totais de população e domicílios e da área territorial dos setores, como a média de moradores, densidade demográfica, comparações entre recortes, mapeamento de áreas de risco, entre outros.

“O principal propósito desta divulgação é fazer com que a sociedade tenha acesso, com maior rapidez, a informações em níveis territoriais mais detalhados obtidas pelo Censo 2022, sempre preservando a confiabilidade dos

dados”, explica o também pesquisador do IBGE Raphael Moraes.

## BRASÍLIA E VILA VELHA

Dentre tantas possibilidades de uso dos dados disponibilizados pelo IBGE, alguns resultados chamam atenção. No ranking de setores censitários com mais pessoas no Brasil, as duas primeiras posições ficaram em Brasília (10.163 pessoas) e Vila Velha, no Espírito Santo (7.756 pessoas). Nesses setores estão, respectivamente, o Complexo Penitenciário da Papuda e a Penitenciária Estadual de Vila Velha.

O setor com mais domicílios também foi identificado em Brasília (6.322 domicílios), e compreende, além de chácaras, o Itapoã Parque. Lá, havia muitos condomínios com prédios vagos, em construção ou em reforma. Dos 76 condomínios, apenas quatro estavam habitados e alguns dos moradores não estavam ocupando os imóveis na data de referência da pesquisa.

Maior cidade do país, São Paulo tinha, em 2022, a quantidade mais expressiva de domicílios coletivos em Perdizes (294 domicílios coletivos), maior população e número de domicílios no Grajaú (384.873 pessoas e 154.205 domicílios) e menor população e quantidade de domicílios em Marsilac (11.443 pessoas e 6.135 domicílios). ●





# Emigração bate recorde entre brasileiros

Número de brasileiros no exterior aumenta 2,6 milhões em apenas uma década

Por **Guilherme Arandas Domingos**

**N**os últimos anos, o número de brasileiros vivendo no exterior atingiu um patamar sem precedentes, superando até mesmo a população de alguns estados brasileiros. Esse contingente de aproximadamente 4,5 milhões de pessoas representa um desafio significativo para o Brasil, especialmente em um momento em que o país enfrenta questões demográficas e econômicas.

Especialistas apontam que o aumento das emigrações foi impulsionado por uma série de fatores, incluindo crises econômicas e políticas internas, bem como a percepção de melhores oportunidades em outros países. Esse fenômeno é particularmente notável entre os jovens e profissionais altamente qualificados, que buscam uma qualidade de vida superior no exterior.

Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores, a maioria dos brasileiros emigrados está concentrada na América do Norte e na Europa Ocidental, com apenas uma pequena parcela migrando para países sul-

americanos vizinhos.

A série de reportagens iniciada pelo O Globo explora as causas e consequências desse fenômeno, destacando histórias individuais nos principais destinos dos brasileiros: Estados Unidos, Portugal, Paraguai, Reino Unido e Japão. Embora o envio de remessas financeiras pelos emigrantes possa parecer benéfico para a economia brasileira, algumas questões precisam ser consideradas.

A fuga de consumidores e a perda de potencial de arrecadação de impostos são preocupações importantes, juntamente com a emigração de profissionais qualificados, o que pode afetar setores estratégicos como pesquisa, tecnologia e defesa.

A migração em rede e os atrativos específicos de cada destino também desempenham um papel significativo nesse fenômeno.

Enquanto alguns países, como os Estados Unidos, se tornaram destinos populares devido ao sucesso econômico e às conexões estabelecidas por imigrantes anteriores, outros, como o Paraguai, oferecem oportunidades baseadas em fatores como custo de vida mais baixo.

Em última análise, a emigração em massa representa um desafio complexo para o Brasil, exigindo uma abordagem multifacetada para lidar com suas diversas ramificações econômicas, sociais e políticas. ●

**A fuga de consumidores e a perda de potencial de arrecadação de impostos são preocupações importantes, juntamente com a emigração de profissionais qualificados, o que pode afetar setores estratégicos como pesquisa, tecnologia e defesa**

# Estados e municípios terão mais prazo para implementação

Há 2.736 pessoas cumprindo medida de segurança no país, o que representa menos de 1% (0,33%) da população encarcerada no Brasil

Por **Thais Miranda**, da Agência Brasília

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estendeu em três meses o prazo para que tribunais e, consequentemente, estados e municípios adaptem seus sistemas à Política Antimanicomial do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ n. 487/2023. A data-limite para o fechamento de estabelecimentos, alas ou instituições congêneres de custódia e tratamento psiquiátrico no Brasil vence no dia 28 de agosto de 2024.

A prorrogação do prazo foi aprovada, por unanimidade, no julgamento do Ato Normativo 0007026-10.2022.2.00.0000 pelo Plenário Virtual do CNJ. Com a decisão, a revisão dos processos judiciais e a interdição parcial desses estabelecimentos, com proibição de novas internações em suas dependências.

A resolução, que completou um ano em 15 de fevereiro, orienta para o adequado atendimento e tratamento das pessoas com transtorno mental ou qualquer forma de deficiência psicossocial em conflito com a lei no Sistema Único de Saúde (SUS), como preconiza a Lei n. 10.216/2001 e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O objetivo é

que os estados realizem ações que promovam concreta e gradualmente a Política Antimanicomial, além de organizar seus aparelhos de saúde e demais políticas para acolhimento e tratamento de qualidade para esse público.

Segundo o levantamento mais recente da Secretaria Nacional de Políticas Penais do Ministério da Justiça e Segurança Pública por meio do Sisdepem, há 2.736 pessoas cumprindo medida de segurança no país, o que representa menos de 1% (0,33%) da população em privação de liberdade no Brasil. Destas, 586 já cumprem o tratamento na modalidade ambulatorial, boa parte deles nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), serviço que compõe a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do SUS.

Desenvolvidos para substituir os hospitais psiquiátricos brasileiros, os CAPS são serviços especializados que atendem pessoas em intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes, incluindo aqueles relacionados ao uso de substâncias psicoativas. Atualmente, há quase 3 mil CAPS em funcionamento no país.

## IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA

A Política Antimanicomial regula-

mentada pelo CNJ prevê a revisão individualizada dos processos judiciais e o desenvolvimento de Projeto Terapêutico Singular (PTS) para as pessoas com transtorno mental em conflito com a lei, entre outras medidas.

A norma atende à Reforma Psiquiátrica, criada pela Lei n. 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, vedando a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares. Em consonância com normativos nacionais e internacionais sobre o tema, a Resolução CNJ n. 487/2023 estabelece o correto encaminhamento pela autoridade judicial dos casos de saúde mental às equipes de saúde para que indiquem e procedam ao tratamento adequado para cada paciente.

Estão previstas situações como o atendimento ambulatorial pelo SUS; o encaminhamento para Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), serviço da RAPS; o retorno à família (para aqueles cujos laços familiares estão preservados ou foram retomados); assim como a internação em leito de hospital geral, após indicação da equipe de saúde, de



## IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ANTIMANICOMIAL DO JUDICIÁRIO

16 ESTADOS

JÁ INTERDITARAM TOTAL OU PARCIALMENTE LOCAIS DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSQUIÁTRICO

Fonte: Conselho Nacional de Justiça



2.736

PESSOAS CUMPRINDO MEDIDA DE SEGURANÇA

Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais do Ministério da Justiça e Segurança Pública



586

CUMPREM O TRATAMENTO NA MODALIDADE AMBULATORIAL



**A Política Antimanicomial regulamentada pelo CNJ prevê a revisão individualizada dos processos judiciais e o desenvolvimento de Projeto Terapêutico Singular para pessoas com transtorno mental em conflito com a lei, entre outras medidas**

forma breve e excepcional.

Interdições e adaptação do sistema em curso

Ao menos 16 estados (oito na região Nordeste, três na região Norte, três na região Sul, um na região Sudeste e um na região Centro-Oeste) já interditaram total ou parcialmente estabelecimentos, alas ou instituições congêneres de custódia e tratamento psiquiátrico e estão repactuando suas ações para implementar o cuidado em saúde mental de pessoas em conflito com a lei.

Além das interdições, as unidades da federação têm empreendido esforços para a instituição de Comitês Estaduais Interinstitucionais de Monitoramento da Política Antimanicomial no âmbito do Poder Judiciário (Ceimpa) ou grupos de trabalho que envolvem, em geral, os Grupos de Monitoramento e Fiscaliza-

ção dos Sistema Carcerário e Socioeducativos (GMFs) dos Tribunais.

Também fazem parte desses órgãos colegiados representantes da saúde mental, da assistência social, do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, dos Conselhos Regionais de Serviço Social, Psicologia e Medicina, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do conselho da comunidade, da secretaria responsável pela gestão prisional, entre outros. Ao menos 26 Comitês ou GTs já foram instituídos.

Esses fóruns objetivam mapear a RAPS local, articular a implementação da Política Antimanicomial com os atores afetos ao tema com ações de sensibilização, formação e levantamento de dados. Também atuam para construir e implementar fluxos interinstitucionais entre Sistema de Justiça e as áreas de saúde e assistência social voltados ao redirecionamento do cuidado em saúde e inserção em políticas de proteção social. O objetivo é realizar o acolhimento das pessoas que chegam ao sistema de justiça criminal e que necessitam de atendimento em saúde mental e nas demais políticas que assegurem inclusão social por meio do trabalho e da cultura, por exemplo.

### GOVERNANÇA NACIONAL

Em âmbito federal, o CNJ vem acompanhando o cumprimento da medida por meio do Comitê Nacional Interinstitucional de Implementação e Monitoramento da Política de Implementação e Monitoramento da Política Antimanicomial do Poder Judiciário (Conimpa). Além do CNJ, o comitê é integrado pelo Ministério da Saúde (MS); Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); e Ministério das Mulheres e da Cultura (MinC).

De acordo com a Resolução do CNJ, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) dará suporte permanente às ações dos tribunais e de magistrados e magistradas no cumprimento da norma e, em conjunto com o MS, por meio de Protocolo de Intenções assinado em junho de 2023, vem prestando auxílio ao Sistema de Justiça, estados e municípios.

Fonte: CNJ - Conselho Nacional de Justiça



# Quando os humanos da África dominaram o mundo

Grupo de pesquisa cria banco de dados que reúne medidas anatômicas dos humanos primitivos e defende hipótese de que nossa espécie tem uma origem única no continente africano

Por **Ivan Conterno**, do Jornal da USP

**C**entenas de milhares de anos antes de os primeiros *Homo sapiens* surgirem, espécies humanas muito diferentes de nós já viviam na Europa e na Ásia dominando o fogo e instrumentos primitivos. Nessa época, ao menos três espécies derivadas do *Homo erectus*, os primeiros hominínios a ocuparem territórios asiáticos, habitavam o mundo: na África viviam os *Homo bodoensis*; na Europa, os *Homo heidelbergensis*; e, na Ásia, os *Homo daliensis*.

Embora distintas, as três espécies compartilhavam crânios grandes e robustos, testa achatada, capacidade craniana de média a grande e arcos acentuados sobre as sobrancelhas. A face poderia ser plana, no caso dos africanos, ou levemente projetada para frente, nas espécies que viviam fora desse continente.

“Nesse período, houve uma explosão de diversidade morfológica tanto na África quanto na Ásia e na Europa. Tradicionalmente, alguns autores chamam tudo de *Homo heidelbergensis*, porém observamos uma variabilidade muito grande para ser denominada dentro de uma única espécie”, introduz Gabriel Rocha, biólogo que analisou as medidas de diversos crânios antigos, ao Jornal da USP.

Ao lado de Gabriel Rocha, o professor Walter Neves e as estudantes de biologia Maria Helena Senger e Leticia Valota analisaram a diversidade dos

ossos e dos dentes de vários seres humanos que viveram entre 500 mil e 250 mil anos atrás, na era conhecida como Pleistoceno médio.

A investigação desenvolvida no Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP trabalha com os traços anatômicos dos fósseis, o que é muito importante, dado que o DNA não está preservado nessas espécies mais antigas. O artigo reinterpreta a história evolutiva das espécies humanas à luz das descobertas mais recentes.

Os pesquisadores conseguiram demonstrar que a nossa espécie, que surgiu há cerca de 250 mil anos, tem uma origem única no continente africano. Paralelamente, a variante europeia *heidelbergensis* deu origem aos neandertais (*Homo neanderthalensis*) há aproximadamente 450 mil anos.

Na Ásia, coexistiram *denisovanos*, *Homo erectus* remanescentes e, nas ilhas filipinas, os pequenos *Homo floresiensis*, de apenas um metro de altura. A variante *daliensis*, porém, parece não ter dado origem a outro grupo.

O cruzamento de *sapiens* com alguns indivíduos das outras espécies humanas, dentro e fora da África, pode ser observado nos traços genéticos de neandertais e *denisovanos* em algumas populações humanas atuais.

Mesmo assim, esses pequenos vestígios não alteram as principais características dos *sapiens* originais, como a capacidade craniana, a face plana, a

presença do queixo e dentição pequena dos humanos modernos. Todos nós temos uma origem e uma estrutura corporal comum, bem diferente dos humanos que foram extintos.

A chegada dos humanos modernos ao Oriente Médio ocorreu há 180 mil anos. Na Europa, a chegada da nossa espécie há 50 mil anos coincide com o declínio da população de neandertais. Aos poucos, os *Homo sapiens* também substituíram as espécies humanas do Leste Asiático, como o *Homo daliensis* e o *Homo longi*.

De todo modo, Maria Helena Senger lembra que não existe uma espécie mais evoluída que outra.

“Não é porque nós sobrevivemos que somos mais evoluídos que outras espécies. Não existe um pico de evolução, em direção ao ótimo. Nós apenas temos sorte de sermos selecionados. É uma seleção quase aleatória”. Para a biologia, a evolução é apenas uma adaptação ao ambiente. “Os neandertais não eram necessariamente uma espécie mais primitiva”, reforça a estudante.

Ainda não se sabe se os *sapiens* daquela época foram ou não responsáveis pela extinção das demais espécies humanas, como explica Gabriel. “As evidências indicam que eles tiveram alguma participação na extinção dos neandertais. Não necessariamente de maneira agressiva, mas provavelmente na competição por alimentos, ocupando os mesmos espaços e atrapalhando





um pouco a vida deles”.

Segundo Letícia Valota, outros fatores podem ter levado ao desaparecimento dessas populações, em um período de muita instabilidade climática. “Os neandertais coexistiram com o Homo sapiens durante muito tempo, mas viviam em grupos muito diferentes, que tendiam a ser um pouco menores em número de indivíduos [quando comparados aos grupos dos sapiens]”.

Achados recentes mostram que diversas espécies humanas coexistiram há 100 mil anos, como o Homo naledi, localizado na África do Sul em 2017, e o Homoluzonensis, nas Filipinas, em 2019 e diversas espécies na China. Essas evidências aumentam o nosso conhecimento sobre as antigas populações humanas e enriquecem as ferramentas para determinar as idades e as origens dos ancestrais humanos.

Um grande banco de dados com a descrição das características das espécies hominíneas durante os sete milhões de anos de evolução humana será disponibilizado pelo grupo de pesquisa em alguns meses. “Até então, todas essas medidas estavam perdidas em diversos artigos”, justifica Maria, responsável pelos dados sobre mandíbulas, já trabalhadas pelo grupo em outro artigo.

O objetivo central da equipe é fortalecer a incipiente paleoantropologia brasileira por meio da democratização do acesso a essas informações. Foram consideradas medidas de crânio, reunidas por Gabriel, mandíbulas, por Maria, e dentes, por Letícia.

O artigo ajuda a localizar outras descobertas, como o crânio humano peculiar achado em 2006 na província de Anhui, na China, e o crânio antigo achado por um operário durante a construção de uma ponte na cidade Harbin, no mesmo país, em 1933, no quadro de espécies já conhecidas. Por diversos motivos, o trabalhador escondeu os restos desse habitante primitivo por décadas. Em 2018, porém, sua família foi convencida a entregá-los a pesquisadores da Universidade de Geociências de Hebei. O crânio seria de uma espécie ainda não conhecida que teria vivido há pelo menos 146 mil anos entre mamutes e cervos gigantes.

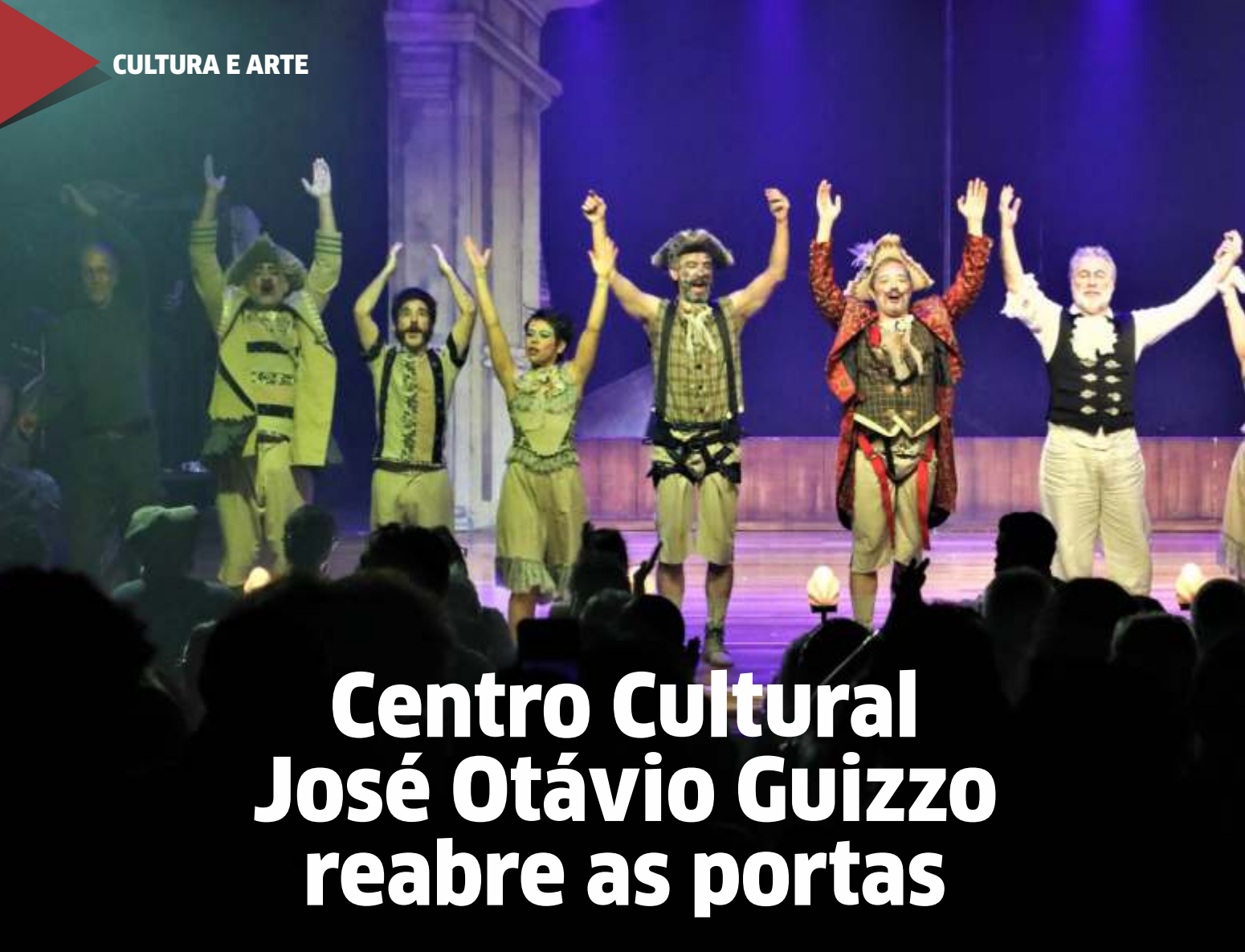
Algumas ossadas também foram reclassificadas nos últimos anos. É o caso de um crânio quase completo do grupo que originou a nossa espécie encontrado por mineradores que trabalhavam próximo a Marraquexe, no Marrocos, em 1961. Os fósseis escavados no local tinham sido datados com 40 mil anos. No entanto, métodos mais avançados de verificação apontaram em 2019 que eles teriam na verdade cerca de 315 mil anos. Hoje, os sapiens encontrados em 1963 na Etiópia são considerados os mais antigos, com cerca de 233 mil anos.

Para a análise, os fósseis foram agrupados de acordo com os grupos populacionais a que pertenciam. Através de uma análise estatística, foi possível mapear a proximidade dos indivíduos de acordo com as características anatômicas reunidas no banco de dados, das quais foram selecionados 25 traços mais relevantes.

O gráfico obtido confirmou que os sapiens e os neandertais realmente poderiam ser classificados como espécies separadas das demais, mas os fósseis tradicionalmente conhecidos como heidelbergensis eram completamente diferentes entre si. “Os sapiens de todas as regiões — da África, da Ásia, da Europa e do Oriente Médio — coincidiram, o que significa que é uma espécie realmente coesa. Os heidelbergensis não, porque cada um aparece em um ponto diferente do gráfico. Ficou muito óbvio que realmente não tem como serem da mesma espécie, porque se espera pelo menos que tenha a interseção igual a que tiveram os neandertais”, resume Maria.

Letícia salienta que o agrupamento dos Homo sapiens visualizado no gráfico é o que fortalece a hipótese de uma origem única na África para todas as populações do mundo. “Se eles tivessem se originado em lugares diferentes, provavelmente não estariam tão agrupados dessa forma”.





# Centro Cultural José Otávio Guizzo reabre as portas

Com prédio moderno e acessível ao público, o tradicional espaço tem 40 anos de história em favor da cultura de Mato Grosso do Sul

\*Por **Leonardo Rocha**

**C**om quatro décadas de história em favor da cultura do estado, o Centro Cultural José Otávio Guizzo está novamente de portas abertas. Desta vez com o prédio todo revitalizado, com uma estrutura moderna, acessível e preparada para receber os grandes artistas regionais e nacionais. O investimento da obra foi de R\$ 10,5 milhões do Governo do Estado.

A inauguração da reforma ocorreu com a presença do governador Eduardo Riedel. "O nosso estado não poderia ficar sem este espaço, que é um templo da cultura sul-mato-grossense. Hoje é

dia de celebrar a retomada de um espaço que pertence à cultura de Mato Grosso do Sul. Uma história que estamos reinaugurando de uma época em que a cultura florescia. Vamos cuidar do José Otávio Guizzo com todo carinho que ele merece", afirmou o governador.

Riedel destacou o papel da cultura para construir a identidade do Estado. "O papel da cultura no processo de inclusão é fundamental, para quem acha que é um investimento deixado para segundo plano engana-se profundamente, pelo contrário, é a cultura que lidera nossa identidade e futuro. Ela que faz esta mola propulsora para sentirmos

orgulho do nosso estado, da nossa gente e das nossas raízes".

A obra teve duração de 671 dias e contou com a revitalização de vários espaços, entre eles, a recepção, galerias, salas de dança, ensaios e música, ateliês, estruturas administrativas e demais cômodos. Um espaço pensado na diversidade cultural e na acessibilidade, com adaptações em toda estrutura.

O prédio permite a mobilidade em todos os andares, com três elevadores à disposição. Foram instaladas poltronas para pessoas com deficiência visual, espaço para seus cães-guias, assim como poltronas a obesos e espaços aos cadei-



**“Um Centro Cultural tão importante, de fácil acesso. Aqui temos várias frentes culturais, como a música, dança, teatro, circo e todas as artes que aqui são representadas”**

Fotos: Divulgação



**“Um projeto tão audacioso, onde tivemos que vencer muitos desafios no dia a dia. A entrega desta obra é a realização de um sonho idealizado por toda nossa classe artística, neste espaço que fica na rua mais antiga da cidade”**

rantes. Ao todo serão 266 (poltronas) no Teatro Aracy Balabanian. Os camarins têm banheiros adaptados e existem vagas de estacionamento exclusivos para atender esse público.

"Uma noite linda, tão especial para a cultura sul-mato-grossense. Fico muito feliz em participar de uma cerimônia com tanta representatividade. Recebemos a responsabilidade de comandar esta pasta tão importante. Agradecer ao Governo do Estado, que possibilitou fazer uma entrega como esta, com muito empenho e carinho preparou esta grande obra. Todos vão se encantar com a qualidade desta revitalização", afirmou o secretário estadual de Turismo, Esporte e Cultura, Marcelo Miranda.

#### **ESTRUTURA E NOVIDADES**

O Centro Cultural vai dispor de uma nova sala de ensaios para teatro e dança, mas que atende especialmente à área de dança com espelhos, dispondo ainda de barras e piso contra impacto. Também

teve a ampliação dos camarins, implementação de teatro de bolso, adequação da acústica, novas salas para artes, assim como mudança do mobiliário e na cenotécnica e sonorização do teatro.

O acesso ao fluxo de entrada dos artistas foi otimizado e o local conta com um sistema cenográfico, dispondo de áudio, vídeo, mecanismos cênicos. O prédio conta com quatro andares (subsolo, térreo, hall superior e auditório). O Centro abriga salas de personalidades como Teatro Aracy Balabanian, Sala de Convenções Rubens Corrêa, Sala de Ensaios Conceição Ferreira, Galerias de Exposições Wega Nery e Ignês Corrêa da Costa.

Localizado na área central da cidade (Rua 26 de Agosto), o espaço oferece, além de grandes espetáculos e apresentações, a realização de oficinas de dança, música, teatro e artes plásticas, exposições, palestras e eventos do setor. Também é conhecido por fomentar o cenário cultural e ser um ponto de encontro dos artistas para produção de muito conteúdo, que vai da música, cinema a artes cênicas.

#### **TEATRO ARACY BALABANIAN VOLTA ÀS ATIVIDADES**

"Um projeto tão audacioso, onde tivemos que vencer muitos desafios no dia a dia. A entrega desta obra é a realização de um sonho idealizado por toda nossa classe artística, neste espaço que fica na rua mais antiga da cidade. Um Centro Cultural tão importante, de fácil acesso. Aqui temos várias frentes culturais, como a música, dança, teatro, circo e todas as artes que aqui são representadas", descreveu o diretor-presidente da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, Eduardo Mendes.

Também participaram do evento os deputados estaduais Roberto Hashioka, Mara Caseiro e Lídio Lopes, o secretário estadual de Governo e Gestão Estratégica, Rodrigo Perez, o diretor-presidente da Fundesporte, Herculano Borges, o diretor-presidente da Fundtur, Bruno Wendling, assim como a primeira-dama Mônica Riedel e a ex-senadora Marisa Serrano. ●

*\*Da Agência de Notícias do Governo de Mato Grosso do Sul*





# Um modelo para o Brasil

J undiaí é reconhecida como “Cidade das Crianças”, o que nos deixa com muito orgulho. A atual administração colocou a primeira infância como prioridade e isso tem sido fundamental para transformar a vida da nossa população. Durante os últimos sete anos, criamos programas que se tornaram referência nacional e internacional.

Nosso planejamento começou com os estudos do Prêmio Nobel de Economia de 2000, de James Heckman. O trabalho do pesquisador constatou que, para cada dólar investido nessa fase da vida, tem-se um ganho de US\$ 7 em retornos para a sociedade. A partir dessa base fomos buscar projetos que pudessem fazer a diferença na vida das nossas crianças.

A Escola Inovadora é uma das muitas iniciativas implantadas na nossa gestão. Dentro desse programa, adotamos a metodologia “Desemparedamento de Escola”, presente em todas as unidades da rede municipal de ensino de Jundiaí. Nossa proposta sempre buscou novos paradigmas para preparar nossos meninos e meninas para um mundo cada vez mais desafiante.

A metodologia adotada traz muitas possibilidades e busca associar atividades de aprendizagem fora do ambiente escolar atreladas aos conteúdos curriculares das disciplinas. Esse modelo abre uma jornada de conhecimento priorizando sempre o contato dos alunos com a natureza, estimulando a curiosidade. Os resultados desse modelo de aprendizagem têm sido incríveis.

Agora, o trabalho desenvolvido em Jundiaí será tema de pesquisa do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto sob a coordenação do Prof. Dr. Mozart Neves Ramos, titular da Primeira Cátedra Sérgio Henrique Ferreira da IEA-USP de Ribeirão Preto. A instituição já mantém parceria com 170 municípios de dez estados brasileiros. Com esse trabalho, a nossa metodologia poderá



**Tenho certeza de que entregaremos um legado muito promissor para as futuras gerações. Os nossos alunos serão cidadãos muito mais conectados com o mundo e preparados para alcançar os seus propósitos**

ser conhecida por muitas outras cidades e contribuiremos para multiplicar uma iniciativa transformadora.

O estudo da USP vem se somar a outros reconhecimentos. A metodologia já foi, inclusive, premiada internacionalmente no ano passado em evento da “*Children & Nature Network*”, instituição norte-americana que elege práticas incentivadoras do contato e conexão entre as crianças e a natureza.

Para alcançar os bons resultados, investimos forte na educação de nossas crianças. Os professores mergulharam nessa proposta e receberam treinamentos para avançar com o projeto. Um dos exemplos de como funciona o modelo está no

projeto “Inova na Horta”. Implantado em 104 escolas municipais, que incentiva a alimentação saudável, além de promover conhecimentos sobre sustentabilidade e meio ambiente.

Tenho certeza de que entregaremos um legado muito promissor para as futuras gerações. Os nossos alunos serão cidadãos muito mais conectados com o mundo e preparados para alcançar os seus propósitos. O estímulo ao conhecimento desde a primeira infância é uma herança que se leva para toda a vida. E como bem escreveu o grande mestre Guimarães Rosa: “Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só fazer outras maiores perguntas”.

\* Luiz Fernando Machado é prefeito de Jundiaí (SP)



Você sabe como funciona o  
**CONTROLE DE ACESSO?**



**RDM**  
**REDE DE MÍDIAS**

**28**  
**anos**

BRASÍLIA | RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | CUIABÁ



**Grupo RDM (Rede de Mídias Brasil), há 28 anos ininterruptos, é o maior sucesso editorial do Centro-Oeste brasileiro. Neste ano de 2024, assumimos a posição de um grupo nacional de comunicação social, com escritórios editoriais no eixo Brasília-Rio-São Paulo, e daqui, para o mundo via internet. GRUPO RDM Brasil, orgulho de ser desta terra!**

**BRASÍLIA-DF**

📍 SHS Quadra 06 - Bloco F - Sobre Loja, Complexo Brasil 21  
☎ Tel.: (61) 2193.1409 - 98160-3377 - CEP 70.316-102  
@ midia@revistardm.com.br

**RIO DE JANEIRO-RJ**

📍 Rua Visconde de Pirajá, 495 - Ipanema  
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 22.401-003  
@ midia@revistardm.com.br

**SÃO PAULO-SP**

📍 Alameda Santos, 1817 Cj 112 - Cerqueira Cesar  
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 01.419-909  
@ midia@revistardm.com.br

**CUIABÁ-MT**

📍 Rua Hermenegildo Correia Galvão, 147 - Bairro Santa Rosa  
☎ Tel.: (65) 3623-1170 9682-1470 - CEP 78.040-240  
@ midia@revistardm.com.br